

STJ00109850

HENRIQUE CUNHA SOUZA LIMA

Prefácio

Leonardo Parentoni

DIREITO AO ESQUECIMENTO
NA INTERNET

EFETIVIDADE E PERSPECTIVAS

DE ACORDO COM A LGPD (LEI Nº 13.709/2018)
E A LEI Nº 13.853/2019

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L732d Lima, Henrique Cunha Souza

Direito ao esquecimento na internet: efetividade e perspectivas – de acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 13.853/2019 / Henrique Cunha Souza Lima.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

244p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-85-450-0766-1

1. Direito Civil. 2. Tecnologia. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Empresarial. 5. Direito Processual Civil. I. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Henrique Cunha Souza. *Direito ao esquecimento na internet: efetividade e perspectivas* – de acordo com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e a Lei nº 13.853/2019. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 244p. ISBN 978-85-450-0766-1.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
LEONARDO PARENTONI	13
INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA	17
CAPÍTULO 1	
PANORAMA GERAL DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	25
1.1 Breve histórico: o direito ao esquecimento antes do advento da Internet	25
1.2 Como a internet modifica o direito ao esquecimento.....	28
CAPÍTULO 2	
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET SEGUNDO O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	37
2.1 Considerações preliminares	37
2.2 Legislação esparsa e <i>habeas data</i>	39
2.3 A posição dos Tribunais Superiores.....	41
2.4 O marco civil da internet	51
2.5 Pontos em aberto e LGPD	60
CAPÍTULO 3	
DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET NO DIREITO ESTRANGEIRO.....	67
3.1 Direito ao esquecimento na União Europeia	67
3.1.1 Marcos históricos	67
3.1.2 <i>Leading Case</i> Mario Costeja González.....	76
3.1.3 Postura do Google desde então	84
3.1.4 Regulação atual (<i>General Data Protection Regulation</i>).....	88
3.2 <i>The right to be forgotten</i> nos Estados Unidos	97
3.3 Direito ao esquecimento na Argentina.....	104

CAPÍTULO 4

A EFETIVIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

NO BRASIL.....	109
4.1 Afinal, o que é o direito ao esquecimento na internet?	109
4.1.1 Objeto do direito ao esquecimento.....	109
4.1.2 Natureza jurídica e fundamentos.....	118
4.1.3 Formato: Direito ao esquecimento <i>stricto sensu</i> x direito à desindexação ou à “de-listagem”	124
4.2 O direito ao esquecimento na internet é necessário?	134
4.3 Tutela processual do direito ao esquecimento na internet: a resposta é suficiente?	140
4.3.1 Visão geral e procedimento	141
4.3.2 Legitimidade ativa	146
4.3.3 Legitimidade passiva.....	151
4.3.4 Titularidade por pessoas jurídicas	162
4.3.5 Pedidos.....	169
4.3.6 Prazos.....	171
4.3.7 Conhecendo os riscos do <i>Streisand Effect</i>	171

CAPÍTULO 5

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

EM PERSPECTIVA	175
5.1 Direito ao esquecimento e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	175
5.1.1 Projetos de Lei do Senado nº 330/2013 e nº 181/2014	176
5.1.2 Projeto de Lei nº 7.881/2014.....	178
5.1.3 Projetos de Lei nº 1.589/2015, nº 1.676/2015 e nº 2.712/2015	180
5.1.4 Projeto de Lei nº 5.276/2016	186
5.1.5 Projeto de Lei nº 8.443/2017	189
5.1.6 LGPD e Projeto de Lei nº 4.060/2012	194
5.2 A (im)possibilidade fática de um direito ao esquecimento na internet: <i>Blockchain, big data e deep web</i>	199

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONDERAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA.....

	209
--	-----

REFERÊNCIAS.....	221
------------------	-----